

Votação na Assembleia 28/09/2015 | 17h43

Piratini tentará aprovar projeto que reduz teto das dívidas de pequeno valor nesta terça-feira

Proposta diminui de 40 para sete salários mínimos o pagamento de RPVs, limitando o desembolso do governo, mas depende de aval de líderes de bancada para ter a votação antecipada

Compartilhar



Líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB) acredita que não haverá dificuldades para aprovar texto, mesmo que votação fique para semana que vem
Foto: Tadeu Vilani / Agência RBS

Juliana Bublitz
juliana.bublitz@zerohora.com.br

O Palácio Piratini tentará aprovar nesta terça-feira, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei que reduz os gastos com **Requisições de Pequeno Valor (RPVs)** — como são chamadas as dívidas de menor peso do Estado.

Para conseguir antecipar a votação, prevista inicialmente para o dia sete de outubro, precisará do aval de pelo menos 37 parlamentares na reunião dos líderes de bancadas, que antecede a sessão. Até o fim da tarde desta segunda-feira, o acordo não estava garantido.

Governo estadual tenta reduzir teto de dívidas de pequeno valor

Apresentada pelo Poder Executivo para amenizar a crise nas finanças, a proposta é alvo de controvérsia. Entidades como a **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS)** alertam para o efeito colateral da medida: se aprovada, deve contribuir para aumentar a fila dos precatoristas, que já é extensa.

Diário de Santa Maria
Like Page 272k likes
Be the first of your friends to like this

Siga Diário SM no Twitter

diariosm DiárioSM
Definidos os campeões da Copa Farroupilha de Futebol de Mesa 2015:
<http://t.co/cPvoVpF7ak>
há 21 minutos

diariosm DiárioSM
UFSM abre concurso com nove vagas para professor em diferentes campi:
<http://t.co/LRDLkgixE0>
<http://t.co/7mOAYEm8qM>
há 7 horas

MAIS SOBRE

- dívida
- José Ivo Sartori
- Assembleia Legislativa

03:02 Votação na Assembleia
Governo estadual tenta reduzir teto de dívidas de pequeno valor

NOTÍCIAS Assine o RSS

Últimas

18:06 Calendário ENF 2016
Conheça o vencedor do mês de agosto no Calendário Em Nome do Futebol

18:02 Nações Unidas
Peña Nieto alerta sobre 'ameaça' de 'novos populismos' de esquerda e direita

18:01 Nações Unidas
Obama e Putin divergem sobre Síria na Assembleia Geral da ONU

17:56 Nova York
Petróleo fecha em queda em meio ao pessimismo da economia mundial

Mais lidas

18:31 Violência
Dois são baleados em frente a lancheria em Santa Maria

14:45 Na pele
Tatuador abre estúdio com conceito inovador em Santa Maria

— É um equívoco. Estaremos na Assembleia para pressionar pela retirada — diz o presidente da entidade, **Marcelo Bertoluci**.

As RPVs são limitadas a 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) e precisam ser quitadas em no máximo 180 dias pelo Executivo. Quando o montante devido passa disso, os créditos são classificados como precatórios, cujo pagamento pode demorar décadas.

Precatórios do Estado somam R\$ 8,1 bilhões no RS

A intenção do governador **José Ivo Sartori** é limitar as RPVs a sete salários (R\$ 5,5 mil) para, com isso, diminuir o impacto sobre os cofres estaduais (só este ano, serão R\$ 900 milhões). O projeto começa a trancar a pauta do Parlamento no próximo dia sete — o que significa que terá de ser votado de qualquer maneira a partir de então.

— Vamos propor a antecipação, mas, se não conseguirmos, não há problema. A base compreendeu a gravidade da crise financeira e aprovará a mudança nesta ou na próxima semana — afirma o líder do governo na Assembleia, **Alexandre Postal** (PMDB).

Os aliados são maioria, mas, no que depender da oposição, não haverá acordo para precipitar a análise.

Inicialmente, o líder da bancada do PT, **Luiz Fernando Mainardi**, havia dito que os petistas apresentariam emenda para limitar as RPVs a 10 salários mínimos. A alteração tornaria o projeto idêntico ao apresentado pelo ex-governador **Tarso Genro** (PT) em 2013. Na época, o texto foi retirado, em grande parte, por pressão da OAB-RS.

Nesta segunda-feira, Mainardi voltou atrás. Segundo ele, a bancada não só deverá se posicionar contra a proposição de Sartori como não proporá a alteração.

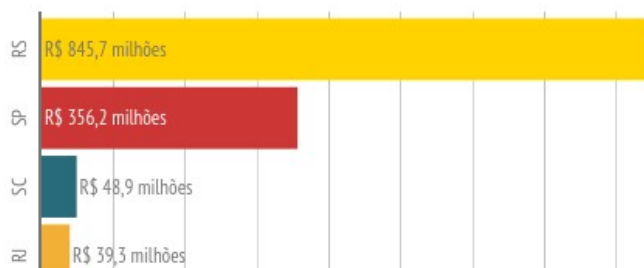
— Eu havia sugerido a emenda, mas a bancada discordou de mim por entender que devemos ser coerentes com a posição que adotamos em 2013. Na ocasião, o PT pediu a retirada do projeto a Tarso — justifica Mainardi.

O deputado **Pedro Ruas**, do PSOL, já avisou que não facilitará a vida de Postal. O líder da bancada do PC do B, **Juliano Roso**, deve seguir o mesmo caminho. Com isso, seriam 14 parlamentares contrários à antecipação (somando todos os deputados estaduais do PT, do PSOL e do PC do B), número insuficiente para evitar a antecipação.

— Faremos tudo para dificultar a votação, porque o projeto é cruel. É um calote descarado nos mais necessitados — destaca Pedro Ruas.

Existe a possibilidade de que o PTB fique do lado da oposição, o que elevaria a conta para 19. Com isso, restariam 36 a favor do acordo proposto por Postal. Como o regimento da Assembleia exige pelo menos 37 favoráveis, a votação ficaria para a próxima semana. Mas o líder da bancada do PTB, **Aloísio Classmann**, evita adiantar a definição da sigla. Segundo ele, a definição sairá apenas na terça-feira, antes da sessão.

RS desponta entre os que mais pagaram RPVs em 2014





Pagamentos de RPVs no RS de janeiro a agosto deste ano

	Até sete salários mínimos	Acima de sete salários mínimos	Total pago
Quantidade de RPVs	27.328	54.479	81.807
Número de beneficiários	28.404	56.603	85.027
Total pago	R\$ 63,49 milhões	R\$ 511,9 milhões	R\$ 575,41 milhões
Valor médio	R\$ 2.323,19	R\$ 9.396,68	R\$ 7.033,75

1870



rpv | Create infographics

Leia todas as últimas notícias do dia

O que são as RPVs

- Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são dívidas do Estado de até 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil) decorrentes de processos judiciais. Acima dessa quantia, os créditos viram precatórios.
- Quase a totalidade, 99% das RPVs, envolvem servidores públicos estaduais ativos, inativos e pensionistas e são de caráter salarial.
- Mais de 70% relacionam-se às Leis Britto (reajustes salariais não pagos).

Como é feito o pagamento

- Desde 2011, por lei, o Piratini destina 1,5% da receita corrente líquida para o pagamento de RPVs. Em 2014, foram R\$ 415,7 milhões.
- Conforme a legislação, as RPVs de até sete salários mínimos (R\$ 5,5 mil) precisam ser quitadas em 30 dias, o que é cumprido.
- Além desse valor, devem ser honradas no prazo de até 180 dias, mas, por falta de recursos, os repasses vêm sendo atrasados.
- Para forçar o pagamento, juízes têm determinado o sequestro do dinheiro diretamente das contas do Estado.
- Com isso, o volume dispendido superou 1,5% da receita, limite que juízes consideram

O projeto do poder Executivo

O governo pretende limitar as RPVs a sete salários mínimos (R\$ 5,5 mil), e não mais a 40 salários (R\$ 31,5 mil). Se a proposta for aprovada, passará a valer para RPVs constituídas a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

A justificativa do governo

Como os sequestros judiciais são ilimitados, acaba sendo difícil prever com exatidão o valor a ser destinado para as RPVs, o que dificultaria o planejamento financeiro para os desembolsos.

Desde 2011, o volume de pagamentos de RPVs é crescente. Neste ano, deve chegar a R\$ 900 milhões. Se isso se confirmar, será o dobro dos gastos com o custeio da segurança e da educação.

Com a alteração do teto de pagamento, o governo estadual espera se livrar dos sequestros judiciais, já que tem conseguido quitar as RPVs de até sete salários sem maiores problemas (R\$ 5,5 mil).

Os R\$ 900 milhões que seriam gastos em 2015 cairiam para R\$ 180 milhões, e o restante seria usado para cobrir o rombo nas contas.

Como isso afetará os beneficiários

Se o projeto for aprovado, pessoas que tiverem mais de sete salários mínimos a receber terão o crédito enquadrado como precatório.

Isso vai aumentar a fila dos precatórios, que vêm sendo pagos, mas de forma bem mais lenta (o Estado destina 1,5% da receita). A dívida passa de R\$ 8,5 bilhões.

A alteração também se refletirá no pagamento dos donos de precatórios com preferência (pessoas de 60 anos ou mais ou com doenças graves).

Eles têm direito a receber parte do crédito antes, e a parcela é limitada a até três vezes o valor da RPV. Se a RPV for reduzida, o valor cairá.

Por outro lado, com os valores mais baixos, o número de credores pagos será maior.

Por que as RPVs viraram um problema

O pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) tornou-se um problema para o Estado, segundo a Secretaria da Fazenda, basicamente por dois motivos: a explosão de ações e a onda de sequestros judiciais.

Para garantir o pagamento de sentenças, juízes têm determinado, desde 2011, o bloqueio dos recursos diretamente das contas do Estado. Conforme o subsecretário do Tesouro do Estado, Leonardo Busatto, o montante destinado ao pagamento de RPVs saiu do controle e superou, por exemplo, os gastos do Estado com o custeio da educação e da segurança pública.

Ao mesmo tempo, advogados têm preferido fracionar ações a apostar em uma única causa, que poderia render um precatório milionário – e eterno. Com o fracionamento, garantem o pagamento mais rápido e efetivo, na forma de RPVs. Como o limite atual é 40 salários mínimos, a estratégia vale a pena.

O governo estadual entende que, se conseguir reduzir para sete salários, passará a evitar os sequestros e a pulverização de ações.

– Sabemos que o Estado deve e não contestamos as decisões judiciais. A única coisa que queremos é definir um limitador – explica Busatto.

– O que se quer é corrigir uma distorção – complementa o chefe da Seção de Precatórios e RPVs da Secretaria da Fazenda, David Rizzardo Milani.

Projeto aprovado na Assembleia autoriza negociação para pagar precatórios

O procurador-geral adjunto para Assuntos Jurídicos, Leandro Nicola de Sampaio, da Procuradoria-Geral do Estado, lembra que outras unidades da federação também readequaram o limite e que não há irregularidade nisso:

– O Estado não vai deixar de pagar ninguém. O valor dos créditos não vai sofrer alteração. Ninguém vai perder dinheiro. O que vai mudar é apenas a forma de cobrança. O importante é que haja sistematização e organização dos pagamentos.

ZERO HORA



▪ dívida ▪ Assembleia Legislativa ▪ José Ivo Sartori

COMENTÁRIOS (0)

Comentar esta matéria

Esta matéria ainda não possui comentários

Comentar esta matéria

SHOPPING

BUSCAR



Motorola
NOVO: Moto G 3a
Geração
a partir de R\$
854,05



Econtinental
Ar Split Samsung
9000
a partir de R\$
1.129,00



Fast Shop
NOVO: Moto X
Style
a partir de R\$
2.230,99



Walmart
Smart TV LG LED
43"
a partir de 10 x R\$
172,90

TVs

Notebooks

Celulares

Eletrodomésticos

Câmeras Digitais

DIÁRIO

Buscar por

Buscar

Grupo RBS

Dúvidas Frequentes Fale Conosco Anuncie Trabalhe no Grupo RBS © 2000-2015 clicRBS.com.br Todos os direitos reservados

IVC
SITE AUDITADO